



## PROGRAMA

### Apresentação

O Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, numa parceria renovada com o Instituto Europeu e com o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal, desenvolverá um Curso de Pós-graduação, composto por três módulos, que pretende promover o conhecimento e aprofundamento do Direito da contratação pública numa perspetiva transversal que cruza o enquadramento da matéria no Direito Internacional, no Direito da União Europeia e no Direito nacional, procurando estabelecer uma intersecção do Direito administrativo da contratação pública, do Direito económico e financeiro e do Direito da concorrência.

No módulo I - Direito Internacional e Direito da União Europeia - pretende-se estudar a contratação pública no plano internacional, nomeadamente no contexto da Organização Mundial do Comércio – possibilitando a discussão de diversos casos suscitados a este nível e sabendo-se que, no ano de 2014, foi aprovada uma nova versão do Acordo sobre Contratos Públicos – bem como apreciar o fenómeno da contratação pública à luz do Direito da União Europeia – como se relaciona com os princípios gerais de Direito da União Europeia ou às importantes relações com o Direito da Concorrência – o que se revela determinante para quem quiser lidar com a contratação pública a nível nacional.

O Módulo II - o Direito administrativo da Contratação pública – abordará essencialmente o regime previsto no Código dos contratos públicos. A recente revisão do Código, aprovada pela Lei n.º 30/2021, de 21 de março e que entra em vigor a 21 de junho de 2021 introduz extensas alterações ao CCP tendo em vista simplificar, desburocratizar e flexibilizar os procedimentos de contratação pública e o regime substantivo dos contratos administrativos e dos contratos públicos corrigindo algumas opções menos felizes e clarificando equívocos e aspectos ambíguos introduzidos com a revisão do Código em 2017. Merecem especial realce ao nível do regime da contratação pública: os critérios de escolha dos procedimentos de ajuste directo e de consulta prévia e as novas situações de impedimento de entidades a convidar; a possibilidade de reserva de contratos a determinadas entidades, nomeadamente, através de regras de preferência territorial para dinamização do tecido empresarial local; as medidas de simplificação de procedimentos concorrenciais; o restabelecimento, com clarificações, do modelo originário de suprimento de erros e omissões; admissibilidade de adjudicação a propostas que violem o preço base; clarificações ao nível do critério de adjudicação e do modelo de análise das propostas; novidades em matéria de habilitação, caução e celebração do contrato.

No que concerne ao regime substantivo, será dada especial ênfase à clarificação da figura do gestor do contrato, ao novo regime de modificação, de cessação da posição contratual, de subcontratação e de invalidade dos contratos públicos e dos contratos administrativos e à extensão do âmbito aplicativo do regime substantivo dos contratos administrativos aos contratos públicos nestes domínios, bem como ao regime geral de aplicação de sanções, regras sobre cumprimento e incumprimento e extinção do contrato.

A Lei n.º 30/2021, de 21 de março veio também aprovar um conjunto de medidas especiais de contratação pública para determinados projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habitação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), de gestão de combustíveis no âmbito do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e de bens agroalimentares. Estas medidas especiais passam por submeter todos ou alguns tipos de contratos públicos, consoante os casos, a procedimentos simplificados de concurso público e concurso limitado por prévia qualificação, com redução dos prazos de apresentação das propostas e candidaturas, a procedimentos de consulta prévia simplificada e de ajuste prévio simplificado, a que acrescem medidas de dispensa de fundamentação e de prestação de caução, regras destinadas a desconsiderar impedimentos resultantes de situação contributiva e tributária não regularizada, redução prazos audiência prévia e de impugnação administrativas e sujeição a uma disciplina especial de fiscalização prévia e de fiscalização concomitante pelo Tribunal de Contas.

Por sua vez, o módulo de Direito Económico e Direito Financeiro visa estudar áreas conexas da contratação pública, como sejam as que se relacionam com o relevante papel desempenhado pelo Tribunal de Contas, a relação entre a decisão financeira e a decisão de contratar, as parcerias público-privadas e outros aspectos económicos e financeiros sem os quais dificilmente se poderá ter uma compreensão global da contratação pública.

Tal como em anteriores edições do Curso de Pós-Graduação sobre Direito dos Contratos Públicos, nesta edição privilegiar-se-á uma abordagem prática, com a análise de casos de estudo, de jurisprudência e de textos de contratos em concreto, contando, para tal, com a participação de diversos especialistas, incluindo académicos, advogados e magistrados.

São destinatários deste curso todos aqueles que trabalhem no âmbito em contratação pública, essencialmente juristas - magistrados, advogados ou funcionários da Administração Pública -, mas também pessoas com outras formações que desenvolvam a sua atividade profissional nesta área, tão relevante do ponto de vista económico-social e juridicamente complexa.

Direito Internacional e Direito da União Europeia

12 de outubro

**18:00 - 19:30 / 1ª sessão - Apresentação do curso**

- Nuno Cunha Rodrigues  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*
- Ana Gouveia Martins  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 2ª sessão - Contratação Pública e organizações internacionais (MDB -Multilateral Development Banks)**

- João de Almeida  
*Consultor do Banco Mundial*

14 de outubro

**19:45 – 21:00 / 3ª Sessão - A Organização Mundial do Comércio e a contratação pública**

- Pedro Infante Mota  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

18 de outubro

**19:45 – 21:00 / 4ª sessão - O Acordo sobre Contratos Públicos**

- Pedro Infante Mota  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

19 de outubro

**18:00 - 19:30 / 5ª sessão - Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública 6ª sessão - Direito da União Europeia originário e contratação pública. Em especial os princípios da concorrência, da publicidade e da transparência, da igualdade de tratamento e da não-discriminação**

- Cláudia Viana  
*Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho*

20 de outubro

**18:00 – 19:30 / 6ª sessão - Direito da União Europeia e aplicação das regras relativas à contratação pública**

- Nuno Cunha Rodrigues  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

21 de outubro

**18:00 - 19:30 / 7ª sessão - Acordos comerciais preferenciais e contratação pública. O acesso de países terceiros à contratação pública na União Europeia e políticas de reciprocidade**

- Renato Gonçalves  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

Direito Administrativo dos Contratos Públicos

21 de outubro

**19:45 - 21:00 / 8.ª sessão - Âmbito aplicativo do regime da contratação pública:**

- As “entidades adjudicantes”: três categorias de entidades adjudicantes para três níveis de intensidade dos regimes de contratação pública aplicáveis
- Os contratos abrangidos: “contratos públicos”, identificados a partir do interesse concorrencial das respetivas prestações
- Os contratos excluídos da Parte II do CCP: artigos 4.º, 5.º, e (em parte) 6.º-A.
- O regime da “contratação excluída” do artigo 5.º-B.

- Pedro Sánchez

*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Advogado na Sérvulo & Associados*

26 de outubro

**18:00 - 19:30 / 9ª sessão - A contratação excluída (cont.) ?As exclusões relacionadas com a contratação interadministrativa (em particular, a contratação in-house e a cooperação entre entidades públicas)**

- Mark Bobela-Mota Kirkby  
*Mestre em Direito, Advogado na Sérvulo & Associados*

**19:45 - 21:00 / 10ª sessão - A preparação dos procedimentos: o anúncio de pré-informação ou anúncio periódico indicativo, a consulta preliminar ao mercado, a decisão de contratar, as medidas tendentes a identificar e impedir os conflitos de interesses e o júri do procedimento, serviços da entidade adjudicante e peritos.**

- Miguel Assis Raimundo  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Advogado*

28 de outubro

**18:00 - 19:30 / 11ª sessão - A decisão de adjudicação em lotes. A decisão de escolha do procedimento e os critérios de escolha: critérios relativos ao valor do contrato, breve referência aos critérios materiais (remissão) e outros critérios especiais. Em especial, a contratação de prestações do mesmo tipo em diferentes procedimentos e os contratos mistos.**

- Miguel Assis Raimundo  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Advogado*

**19:45 - 21:00 / 12ª sessão - Peças do procedimento. Parâmetros base e aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência mediante a fixação de limites máximos e mínimos. O regime do preço base e do preço ou custo anormalmente baixo.**

- José Duarte Coimbra  
*Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

2 de novembro

**18:00 - 19:30 / 13ª sessão - Regime dos esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais. Regime dos erros e omissões e responsabilidade do cocontratante. A sanção da nulidade do caderno de encargos do contrato de empreitada de obras públicas.**

- Marco Fernandes Caldeira  
*Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Advogado na Vieira de Almeida e Associados*

**19:45 - 21:00 / 14ª sessão - A candidatura e a proposta: aspetos materiais e formais. O documento europeu único de contratação pública. Catálogos eletrónicos. Impedimentos e causas de relevação dos impedimentos.**

- Jorge Pação

*Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

4 de novembro

**18:00 - 19:30 / 15ª sessão - Critério de adjudicação, fatores e subfactores de densificação e avaliação de propostas.**

- Luís Verde de Sousa  
*Mestre em Direito, Assistente na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*  
*Advogado*

**19:45 - 21:00 / 16ª sessão - Causas de exclusão das propostas. Regime de esclarecimentos e suprimento de irregularidades das propostas e candidaturas: formalidades não essenciais e erros evidentes.**

- Pedro Sánchez  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*  
*Advogado na Sêrvulo & Associados*

9 de novembro

**19:45 - 21:00 / 17ª sessão - Decisão de não adjudicação. Caducidade da adjudicação.**

- Pedro Moniz Lopes  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

11 de novembro

**18:00 - 19:30 / 18ª sessão - Notificação da adjudicação. Anúncio da adjudicação. Anúncio voluntário de transparência. Habilitação. Caução. Celebração do contrato.**

- Margarida Olazabal Cabral  
*Mestre em Direito*  
*Advogada na Morais Leitão, Galvão Teles*  
*Soares da Silva & Associados*

**19:45 - 21:00 / 19ª sessão - A contratação estratégica: a sustentabilidade ambiental.**

- Raquel Carvalho  
*Professora da Escola de Direito da Universidade católica do Porto*

16 de novembro

**18:00 - 19:30 / 20ª sessão - O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: critérios de escolha em função do valor do contrato e critérios materiais. Os critérios de escolha especiais em função do tipo de contrato e entidade adjudicante.**

- Marco Caldeira  
*Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*  
*Advogado na Vieira de Almeida e Associados*

**19:45 - 21:00 / 21ª sessão - O procedimento de consulta prévia e o ajuste direto: regime procedimental.**

- Bernardo Azevedo  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*  
*Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados*

17 de novembro

**18:00 - 19:30 / 22ª sessão - A contratação estratégica e seus reflexos. A inclusão de critérios sociais na contratação pública. Contratos reservados e promoção da economia local.**

- Nuno Cunha Rodrigues  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

18 de novembro

**18:00 - 19:30 / 23ª sessão - O concurso público: critérios de escolha e regime procedimental. A eventual fase de negociação e o concurso público urgente.**

- Jorge Pação  
*Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 24ª sessão - O concurso limitado. Os modelos de avaliação da capacidade técnica e/ou financeira. O aproveitamento da capacidade de terceiros. Tramitação.**

- Ana Gouveia Martins  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

23 de novembro

**18:00 - 19:30 / 25ª sessão - Sistemas de aquisição dinâmicos. Acordos-quadro e compras vinculadas.**

- Cláudia Monge  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*  
*Advogada na BAS*

**19:45 - 21:00 / 26ª sessão - O procedimento de parceria para a inovação. Delimitação face ao procedimento de negociação e diálogo concorrencial e regime procedimental. Os contratos com forte componente de inovação. Procedimentos pré-contratuais de contratos públicos de serviços sociais e de outros serviços específicos.**

- Domingos Soares Farinho  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*  
*Advogado*

25 de novembro

**18:00 - 19:30 / 27ª sessão - As medidas especiais de contratação pública.**

- Pedro Gonçalves  
*Professor da Faculdade de Direito Da Universidade de Coimbra*  
*Advogado na Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados*

**19:45 - 21:00 / 28ª sessão - A fiscalização das medidas especiais: o papel do Tribunal de Contas, nomeadamente em sede de fiscalização prévia e da Comissão Independente.**

- Fernando Silva  
*Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas*

30 de novembro

**18:30 - 19:30 / 29ª sessão - Âmbito de aplicação do regime substantivo da Parte III do CCP. A utilização do contrato administrativo. Poderes de conformação contratual.**

- Maria João Estorninho  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 30ª sessão - O gestor do contrato.**

- Tiago Serrão  
*Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

2 de dezembro

**18:00 - 19:30 / 31ª sessão - Invalidade e ineficácia dos contratos públicos.**

- Maria João Estorninho  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 32ª sessão - A modificação objetiva dos contratos: regime geral.**

- Ana Gouveia Martins  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

7 de dezembro

**18:00 - 19:30 / 33ª sessão - A modificação fundada na necessidade de trabalhos e prestações complementares.**

- Licínio Lopes Martins  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*

9 de dezembro

**18:00 - 19:30 / 35ª sessão - O regime dos contratos de concessão.**

- Lino Torgal  
*Advogado na Garrigues*

**19:45 - 21:00 / 34ª sessão - Cessão da posição contratual, subcontratação e outras formas de transmissão das obrigações contratuais.**

- Mafalda Carmona  
*Professor da Faculdade de Direito de Lisboa*  
*Advogada na Cuatrecasas Gonçalves Pereira & Associados*

ADIADO COM DATA POR DIVULGAR

**19:45 - 21:00 / 36ª sessão - Cumprimento e Incumprimento dos contratos.**

- Ana Gouveia Martins  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

14 de dezembro

**18:00 - 19:30 / 37ª sessão - Extinção dos contratos.**

- José Luís Moreira da Silva  
*Mestre em Direito*  
*Advogado na SRS Advogados*

**19:45 - 21:00 / 38ª sessão - Arbitragem, Regulação, governação e regime sancionatório da contratação pública.**

- João Tiago Silveira  
*Professor da Faculdade de Direito de Lisboa*

Direito da União Europeia, Económico e Financeiro

*16 de dezembro*

**18:00 - 19:30 / 39ª Sessão - Contratação pública no setor da defesa no Direito da União Europeia**

- Marco Capitão Ferreira  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 40ª Sessão - Contratação Pública e endividamento público**

- Marco Capitão Ferreira



*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**4 de janeiro**

**18:00 - 19:30 / 41ª Sessão - A articulação entre a contratação pública e o direito da concorrência**

- Nuno Cunha Rodrigues  
*Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**19:45 - 21:00 / 42ª Sessão - Decisão de contratar e decisão financeira**

- André Marçalo  
*Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

**6 de janeiro**

**18:00 - 19:30 / 43ª Sessão - Conceito e enquadramento orçamental e contabilístico das Parcerias Público-Privadas e Parcerias Público-Públicas**

- Nazaré da Costa Cabral  
*Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*  
*Presidente do Conselho de Finanças Públicas*

**19:45 - 21:00 / 44ª Sessão - Parcerias público-privadas: em particular a modificação e distribuição do risco nas Parcerias Público-Privadas**

- Pedro Melo  
*Mestre em Direito*  
*Advogado na PLMJ*

**11 de janeiro**

**18:00 - 19:30 / 45ª Sessão - Parcerias público-privadas: em particular o reequilíbrio Financeiro nas Parcerias Público-Privadas e nas Parcerias Público- Públicas**

- Sérgio Gonçalves do Cabo  
*Mestre em Direito*  
*Advogado*

**19:45 - 21:00 / 46ª Sessão - O papel do Tribunal de Contas na Fiscalização dos Contratos Públicos**

- Alexandra Pessanha  
*Mestre em Direito*  
*Assistente convidada da Faculdade de Direito de Lisboa*

**13 de janeiro**

**18:00 - 19:30 / 47ª Sessão - A prevenção da corrupção na contratação pública**



# CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- José Tavares (*a aguardar confirmação*)  
*Juiz-Conselheiro do Tribunal de Contas*

**19:45 - 21:00 / 48ª A regulação na contratação e as orientações técnicas do IMPIC**

- Fernando Batista  
*Presidente do IMPIC*



# CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

## INFORMAÇÕES

### Ficam ressalvadas eventuais alterações ao programa

O Curso realiza-se no período de 12 de Outubro de 2021 a 13 Janeiro de 2022, às 3.ªs e 5.ªs feiras, das 18h00 às 19h30 (1.ª sessão) e das 19h45 às 21h00 (2.ª sessão).

### Local:

- Devido à situação de saúde pública vigente, o curso irá decorrer na plataforma de conferências ZOOM, podendo algumas das sessões vir a ter lugar em formato presencial caso as circunstâncias o permitam, sem prejuízo de se garantir que decorram em simultâneo na plataforma ZOOM.

**Propina:** 1.500,00€ (Integral ou pagos em 3 prestações, sendo a primeira paga no ato de inscrição).

- **Redução de 10%** no valor total do curso para quem efetuar o pagamento integral no ato da inscrição.
- **Redução de 10%** para ex-alunos do ICJP, do IE, e do IDEFF.
- **Redução de 10%** para inscrições de grupo (instituições que inscrevam 3 pessoas ou mais).

**Nota:** os descontos não são cumulativos

**Prazo de inscrições:** até ao dia 30 de setembro de 2021

**Avaliação:** Apresentação de um trabalho escrito final sobre um tema ou subtema do Curso, de acordo com as regras definidas no Regulamento do curso (*vide* Regulamento).

**Informações:** Instituto Europeu, Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, IDEFF.

### Inscrições:

*Dra. Joana Silva*

Telefone: 217 933 250

E-mail: [institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt](mailto:institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt)

[www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul](https://www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul)

[www.institutoeuropeu.eu](http://www.institutoeuropeu.eu)

### Pedidos de informação Contactos:

*Dra. Joana Silva*

Telefone: 217 933 250

E-mail: [institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt](mailto:institutoeuropeu@fd.ulisboa.pt)

[www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul](https://www.facebook.com/institutoeuropeu.fdul)



# CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[www.institutoeuropeu.eu](http://www.institutoeuropeu.eu)

*Dra. Telma Oliveira*

Telefone: 217 820 265 – Tml.: 933 469 330

E-mail: [icjp@fd.ulisboa.pt](mailto:icjp@fd.ulisboa.pt)

[www.facebook.com/icjp.pt](https://www.facebook.com/icjp.pt)

[www.icjp.pt](http://www.icjp.pt)



# CURSO PÓS-GRADUADO EM DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

## FICHA TÉCNICA

Coordenadores gerais:

- Prof. Doutor Eduardo Paz Ferreira
- Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria João Estorninho

Coordenadores:

- *Prof. Doutor Nuno Cunha Rodrigues*
- *Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Gouveia Martins*

Organização:



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Law School of Lisbon



Com o apoio:

Programa Erasmus+ - Jean Monnet



Co-funded by the  
Erasmus+ Programme  
of the European Union